



Um silêncio que inquieta o ensino de História escolar: O passado difícil da ditadura militar brasileira na sala de aula¹

Antonio Eldo Silva ²

Gustavo de Andrade Durão³

RESUMO: O principal objetivo deste artigo é problematizar o ensino de História escolar referente ao temário da ditadura militar brasileira (1964-1985), em meio às dificuldades impostas à formação da consciência histórica, netas últimas três décadas no Brasil, mediante a escalada do autoritarismo político, fenômeno sustentado por negacionismos histórico e científico. Utilizou-se nesta pesquisa qualitativa de artigos, livros e observações minhas no trato didático sensível do objeto de estudo citado. Dessa maneira, constato que a disputa de narrativas políticas sobre a memória social do regime militar impacta direta ou indiretamente as aulas de História na educação básica, o meu campo profissional.

Palavras-chave: Ensino de História. Ditadura militar brasileira. Brasil contemporâneo.

Un silencio que perturba la enseñanza de la historia escolar: el difícil pasado de la dictadura militar brasileña en las aulas

RESUMEN: El principal objetivo de este artículo es problematizar la enseñanza de la historia escolar referida a los temas de la dictadura militar brasileña (1964-1985), en medio de las dificultades impuestas a la formación de la conciencia histórica, nietos de los tres últimos décadas en Brasil, a través de la escalada del autoritarismo político, fenómeno sostenido por el negacionismo histórico y científico. Artículos, libros y mis observaciones fueron utilizados en esta investigación cualitativa en el tratamiento didáctico sensible del citado objeto de estudio.

1-Este trabalho é parte das reflexões de minha pesquisa, em desenvolvimento, no âmbito do curso do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), da Universidade Estadual do Piauí, campus Parnaíba-PI, sobre a potencialidade do uso de memórias de crianças afetadas pela ditadura militar brasileira, presentes em relatórios da Comissão Nacional da Verdade, como fonte para a aula de História na educação básica, especificamente, nos anos finais do ensino fundamental.



2- Professor da rede estadual e municipal de ensino público em Campo Maior-PI, além de mestrando do curso do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTORIA) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e aluno-bolsista da CAPES.

3-Professor-doutor em História vinculado à Universidade Estadual do Piauí (UESPI) com atuação na graduação e pós-graduação (exemplo do mestrado do PROFHISTORIA).

De esta manera, encuentro que la disputa de narrativas políticas sobre la memoria social del régimen militar impacta directa o indirectamente las clases de Historia en la educación básica, mi campo profesional.

Palabras clave: Enseñanza de la Historia. Dictadura militar brasileña. Brasil contemporáneo.

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta uma análise sobre um silêncio que inquieta a aula de História na educação básica: os aspectos mais sensíveis da ditadura militar do Brasil (1964-1985). À priori, é relevante destacar que esse regime governamental autoritário configura-se como sendo um tema bastante sensível para a sociedade lidar, isto é, trata-se de um assunto controverso, cuja memória permanece viva no imaginário social. Desta feita, propus-me a examinar as condições que afetam o fazer docente de História, bem como da formação da consciência histórica relativa à ditadura de 64, sobretudo, nos anos finais do ensino fundamental- momento pedagógico em que é possível aprofundar o estudo deste objeto do conhecimento.

Nilton Mullet e Fernando Seffner (2018) pontuam que o trato nas aulas de História de temas como Holocausto, escravidão, intolerância religiosa, racismo, preconceitos contra minorias sexuais e ditadura militar são temas bastantes sensíveis de ser lidado. No entanto, é importante destacar que para o ensino de história

As chamadas questões socialmente vivas se constituem em objetos privilegiados dos currículos de história, por um lado, em função das demandas sociais de grupos identitários e, por outro, pelos constantes ataques por que passam professores que se dedicam a dar atenção ao passado vivo (MULLET, SEFFNER, 2018, p. 13).

Conforme essa passagem, observa-se a textura espinhosa do terreno dos temas sensíveis para as aulas de história. É que para tratá-los mexe-se com a memória coletiva⁴, um processo de dupla face visto que agrada os que militam pelo dever de memória para com as vítimas de atrocidades do passado, porém isso faz com o que os algozes voltem à cena pública tentando



sufocar as iniciativas do dever de justiça. Isso importa muito para a aula de História, sobretudo, na educação básica diante da emergência dos pré-conceitos sobre esses temas sensíveis.

4-Penso a memória coletiva a partir de Michael Pollak (1989). Segundo esse sociólogo, a memória social – construção coletiva compartilhada- é um processo em constante disputa política uma vez que se situa nas fronteiras entre o esquecimento coercitivo e o silêncio proposital, ou seja, a memória é sempre atualizada para fazer um sentido coletivo.

Posto isso, é necessário refletir sobre o regime militar na sala de aula em tempos de escalada do autoritarismo vide crescimento das ideias da extrema-direita que, no Brasil, ainda tem na figura do ex-presidente Jair Bolsonaro-capitão aposentado do Exército nacional- o seu principal expoente. Como se verifica, as falas bolsonaristas, antes e fora da chefia do poder executivo federal são, em parte, o produto de um saudosismo da “revolução de 64”, contrapondo-se às políticas de memória brasileiras que desde os anos 1990 procuram investigar os crimes da ditadura militar contra os direitos humanos no país.

Nesse sentido, é válido endossar que o que houve em 1964, em nosso país, foi um golpe de Estado cujos efeitos não foram interrompidos em 1985- quando o regime militar volta para as circunscrições dos quartéis. O historiador Marcos Napolitano(2014) argumenta que os eventos ocorridos, entre março e abril de 1964 no Brasil, responsáveis em alçar a cúpula militar no comando da nação, foram instrumentos de uma coalização civil-militar para defenestrar o projeto de reformas sociais (agrária, urbana, bancária, universitária) que o governo João Goulart decidira encampar no país, num momento em que a polarização entre esquerda e direita atingiu o seu ápice, no contexto mundial da Guerra Fria.

Assim, as reformas de base foram extirpadas como solução para a crise social brasileira vivida nos campos e nas cidades, no contexto da década1960. Daniel Aarão Reis Filho (2014) explica que no lugar desse modelo reformista popular-nacional, a ditadura militar inseriu o Brasil num ciclo de desenvolvimento econômico sob os pilares de uma modernização autoritária-conservadora dos meios produtivos e equipamentos culturais. A acumulação de capital, e não a distribuição de renda, era a meta da delicada engenharia política que se torna, autoritariamente, dona do poder no país. Violência e repressão policiais eram usadas contra quem discordasse dos novos rumos nacionais.



Por volta do fim dos anos 1970, os agentes do regime militar decidem retirar-se do comando da nação, mas de forma processual, isto é, lenta, segura e gradual. Carla Rodeghero (2014) esclarece que a Lei de Anistia (1979) é parte do material que consubstancia a memória social referente à ditadura militar brasileira. A Lei de Anistia teve um caráter amplo e irrestrito, ou seja, serviu para acomodar os interesses das forças esquerdistas e direitistas na transição para a democratização do país. O preço disso foi a operacionalização de um silêncio institucional sobre os crimes contra os direitos humanos ocorridos no Brasil durante os anos de chumbo do regime militar.

Evidentemente que esse processo influencia o ensino de história ensinado na educação básica, que tem como uma de suas finalidades divulgar a memória social. Sendo assim, é importante perceber como o ensino de história acrítico é um dos esteios para os grupos autoritários silenciarem o que os macula na narrativa historiográfica. Dessa forma, os manuais didáticos ficam eivados da versão oficial da história, que é alvo da disputa das narrativas políticas contemporâneas, em meio à disseminação de fakenews ou negacionismo histórico pela sociedade através de streamings e redes sociais de comunicação.

Thais Fonseca(2011) lembra que durante a ditadura militar, as aulas de História ao longo do ciclo básico educacional foram dissolvidas em Estudos Sociais (ES), Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social Política Brasileira (OSPB), que seguiam a ótica da doutrina de segurança nacional. Esse arranjo educacional buscava fazer da escola um ambiente que formasse cidadãos para a obediência e não que problematisassem as questões sociais. Porém, isso apenas aprofundou uma característica desse ensino de história de centralizar esforços dos estudantes na memorização das datas comemorativas e nomes de personalidades públicas que formam as narrativas oficiais. A partir dos anos 1980, com o advento de novas tendências pedagógicas e democratização do país, inicia-se um processo de superação desse quadro.

Desse modo, conforme o exposto acima, evidencia-se como é delicada a abordagem dos temas sensíveis no ensino de história no Brasil, mas que, no entanto, ao fazê-la contribuimos efetivamente para a formação da consciência histórica que tenha apreço pela democracia e respeito aos direitos humanos, repudiando veementemente os governos autoritários. A efetivação dos direitos de justiça de transição, vide ensino de história no país, não compactua com o silenciar a tortura e os assassinatos dos oponentes do regime militar, cujos efeitos afeta a sociedade brasileira até os dias atuais.



Portanto, é função deste artigo problematizar o perfil atual do ensino de História escolar sobre a ditadura militar brasileira (1964-1985) nesses tempos de negacionismo histórico que tentam “amordaçar” os professores de História que ousam, em suas aulas, tocar didaticamente nos temas sensíveis da sociedade brasileira. Elucidar as características do ensino de história referente ao regime militar é contribuir para uma compreensão mais assertiva quanto à relação passado e presente, no Brasil. A democracia plena que sonhamos para nossa nação passa, necessariamente, pelo ensejo que o ensino de história da educação básica oferece aos estudantes brasileiros em defesa do Estado democrático de direitos.

MÉTODOS

Esta é uma pesquisa com abordagem qualitativa, na qual busco perceber o trato dispensado ao regime militar brasileiro no currículo de História da educação básica, especificamente, dos anos finais do ensino fundamental, num cenário marcado pela escalada do conservadorismo-autoritário como projeto político de nação. A análise do conteúdo de livros didáticos, que já são produzidos em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2018), demonstraram as partes mais difíceis do passado da ditadura militar – como, por exemplo, a violação aos direitos humanos- são silenciadas nas aulas de História. A produção de dados ocorreu entre os meses de maio e junho de 2023.

A DITADURA MILITAR BRASILEIRA: UMA VIOLENTA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA-AUTORITÁRIA

A ditadura militar, como tema sensível e controverso no imaginário social brasileiro, é cortada por lugares de disputas entre memória e história. Acredito que essas arestas perdurarão por longos anos, de modo que cabe a um trabalho como este, mais voltado para as necessidades escolares do ensino de história, focar em uma análise que não esconda essas divergências, mas ressaltarei o lugar da história nesta construção narrativa.

Desse modo, enfatizo que segundo Reis Filho(2014), setores das elites civis e militares nacionais tinham em mente, em meados de 1964, um projeto conservador e autoritário para o Brasil, conservador porque era autoritário e autoritário por ser conservador. Esse modelo de nação que antagonizava com os anseios de reformas sociais da classe trabalhadora, em um momento da vida nacional que ocorria um crescimento vigoroso das



forças esquerdistas. Nesse cenário, a direita brasileira rompe com o liberalismo e passa a flertar com o autoritarismo como forma de poder para garantir-lhe a manutenção do seu status quo social.

Naquela época, os conservadores brasileiros (ligados ao grande empresariado nacional, à alas da Igreja Católica e Evangélicas, às Forças Armadas e à entidades de formação intelectual e jornalística) golpearam a democracia brasileira- em 1964 - com a intenção de solapar as reformas de base encampadas pelo governo do presidente João Goulart. As forças golpistas conceberam na formação de um Estado autoritário a destruição do projeto reformista popular e nacional de Goulart. Para a opinião pública passaram a ideia de que o faziam com a intenção de sanar os quadros institucionais do Brasil que estariam contaminados por elementos comunistas e corruptos, isto é, debelar uma ameaça de revolução comunista em curso no país (NAPOLITANO, 2014).

Assim, o golpe seria um ato cirúrgico, igualmente, conservador e autoritário apoiado em amplos setores sociais. Sendo assim, tão logo as Forças Armadas debelassem o “perigo comunista” que seriam as reformas de base prometidas por Jango, o poder seria devolvido aos civis, sem maiores traumas. Porém, no decurso do processo golpista, os militares- que representavam forças mais tradicionalistas - sobrepujaram-se aos civis nas rédeas do aparelho de Estado. A esses últimos coube o papel colaboracionista nas intrincadas peças da engenharia política que governou o Brasil entre 1964 e 1985 (Napolitano, 2014).

Segundo Beatriz Sarlo(2014), no Brasil, vigora um estilo político nacional conservador, logo não afeito à rupturas sociais. Desse modo, as forças conservadoras, no pós golpe de 64, se enlaçam em nome de um projeto conservador-autoritário, cuja proposta era modernizar o país tendo como base o acúmulo de capital e o Estado como indutor do desenvolvimento econômico. As dissensões não passíveis de incorporação ao modelo adotado foram entregues à moderna máquina repressora em face da modernização do Brasil como país do futuro, do ame-o ou deixe-o (REIS FILHO, 2014).

Dessa maneira, evidencia-se que o regime militar se impôs ao Brasil como governo salvacionista, mas dos interesses dos grandes proprietários de terras, dos grandes empresários e banqueiros no esteio de apoios sociais conservadores. O que se assiste no país a partir de 1964 é a implementação de um modelo de sociedade que buscava a modernização econômica, sob às custas de muito suor, dor e sofrimento das classes trabalhadoras, que quando não se



sujeitava aos ditames dos donos do poder, via seus membros entregues às mais brutais violações dos direitos e dignidade humana (Napolitano,2014).

Conforme o historiador Francisco Luis Corsi (2014), as políticas econômicas adotadas sob a batuta do regime militar significaram para os trabalhadores arrocho salarial; enquanto foram para o empresariado nacional o aumento vertiginoso da margem de seus lucros financeiros. A modernização tecnológica, cultural e na infraestrutura do país de cunho autoritária e conservadora não comportava os interesses populares por terra, moradia, alimentação e trabalho para todos.

Desta feita, entre 1964 e a década de 1970, a ditadura militar colocou o Brasil numa nova lógica de acúmulo de capital em que se primava pelo “fazer o bolo crescer, para depois dividir”. A economia, a política, a cultura e a sociedade brasileira foram transformadas tendo o Estado (autoritário) como indutor do crescimento econômico, concentrador de renda e socializador dos prejuízos financeiros. Claramente, tratou-se de um projeto de sociedade contrário aos propósitos das reformas de base defendidas pelo governo João Goulart, que reivindicava uma modernização nacionalista e com a inclusão social das classes populares do campo e da cidade (REIS FILHO,2014).

O desenvolvimento econômico nacional centrou-se na atividade industrial, mas, inicialmente, buscou o equilíbrio monetário e fiscal para tornar as contas públicas brasileiras superavitárias, para não prejudicar a capacidade pagadora do Estado em honrar os compromissos junto aos investidores nacionais e transnacionais. Nesse contexto, a participação do capital estrangeiro- um processo problemático na cultura política nacional-estatal do Estado Novo ao governo João Goulart - passou a ser bem vinda no Brasil (Corsi, 2014).

O economista Adílson Marques Gennari (2014) afirma que foi apenas no período entre 1967-1973, quando ocorre o “milagre econômico brasileiro”, que foi marcado por crescimento vertiginoso do Produto Interno Bruto (PIB), que chegou a um patamar de 10% ao ano. Nesse momento, o país entrou num ciclo econômico robusto e com controle inflacionário.

A economia em alta “desviou” a atenção da população em relação aos focos da luta armada- os diversos movimentos de guerrilha que ocorriam em vários lugares do país contra a ditadura militar. O Brasil era visto como um país que estava dando certo e o regime militar



conheceu níveis de enormes de popularidade. Entretanto, o modelo econômico da ditadura militar deu sinais de arrefecimento quando o consumo de bens-não duráveis despencou mediante a contenção salarial aplicada à classe trabalhadora, cujos salários eram reajustados abaixo da inflação, afetando a política de crédito (GENNARI, 2014).

Dessa maneira, é possível afirmar que o “milagre econômico brasileiro” foi sustentáculo para a coalização civil-militar de 64 manter-se no poder com ampliado apoio popular, sobretudo, o da classe média, por mais de duas décadas. No entanto, a crise do petróleo ao abalar o mundo capitalista com uma gigantesca onda inflacionária, a partir da alta do preço do barril desse “ouro preto”, atingiu drasticamente o Brasil. Assim, o modelo conservador- autoritário esgota-se com inflação galopante. O caos social se espalha pelo país, na década seguinte (Gennari,2014).

Entretanto, necessário é enfatizar como a comunidade historiadora vem lidando com as questões sensíveis que envolvem a ditadura militar brasileira. Carlos Fico (2021) e Reis Filho(2014) defendem que o governo Castelo, o primeiro do regime militar, foi uma ditabranda, ou seja, uma ditadura amena. O endurecimento do regime com a oposição ocorre em meados de 1968 quando uma avalanche de passeatas estudantis e a eclosão de guerrilhas sacodem o país.

Para os autores citados, a edição do Ato Institucional Número 5 (AI-5), em dezembro desse ano, assinala o começo da ditadura militar porque as garantias individuais -como o habeas corpus- foram suspensas e uma serie de órgãos repressores foram montados no país como o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operação de Defesa Interna). O aparelhamento e a desmontagem desses órgãos corresponderia especificamente ao período da ditadura militar, ao longo dos anos 1970. Assim, haveria dentro do regime militar fases distintas: institucionalização do regime militar, ditadura militar e distensão do regime.

Convém destacar que Napolitano (2014) condena a postura de quem defende que houve uma ditabranda no Braisl, pois o regime militar foi violento e repressivo desde o início. Segundo esse historiador, concordar com a ideia de ditabranda é ratificar a memória dos grupos castelistas, que atribuem à chamada linha dura ou extrema-direita das Forças Armadas-



ligadas ao governo Costa e Silva e Médici- a responsabilidade pelos crimes contra os direitos humanos na sociedade brasileira durante o regime militar.

Outro importante aspecto digno de observação é que a partir dos anos 1990, o Estado brasileiro inicia um conjunto de políticas de memórias para investigar as inúmeras violações aos direitos humanos no país durante o regime militar. Nesse cenário, formaram-se comissões governamentais orientadas pela justiça de transição para elucidar as atrocidades da ditadura contra a vida e a liberdade dos brasileiros que se opuseram à modernização conservadora-autoritária. Em meados de 2011, por exemplo, formou-se no Brasil a Comissão Nacional da Verdade (CNV) com a finalidade de examinar os casos de tortura e assassinatos ocorridos nos anos do regime militar cuja motivação fosse o envolvimento com organizações esquerdistas (MOTTA, 2014).

Johny Freitas (2021) ressalta que em virtude das descomemorações do golpe de 1964, durante 2014 quando o golpe civil-militar fez o seu cinquentenário, houveram várias manifestações sociais e oficiais sob a consigna do “ditadura nunca mais”. Naquele ano, a CNV conclui os seus trabalhos apenas recomendando que os agentes militares fossem punidos pelos crimes que cometeram durante a ditadura iniciada em 64. A CNV entregou à sociedade brasileira dois relatórios finais, que contém o máximo de informes possíveis sobre os horrores do regime militar brasileiro.

Todavia, Lucas Pedretti(2018) afirma que logo após golpe de 2016 contra o governo Dilma Rousseff emerge no Brasil um processo de ataques e dismantelo das políticas de memória, pois, apenas para termos uma ideia, *“Em âmbito federal, a comissão de Anistia do Ministério da Justiça foi enfraquecida, tanto no que diz respeito aos projetos de promoção da memória, quanto no tocante à reparação simbólica”* (PEDRETTI, 2018, p.571). Inclusive, Jair Bolsonaro e seus asseclas surfam nessa onda neoconservadora fascizante e vencem a eleição geral de 2018.

No esteio dessas conquistas sociais pelo direito de justiça à verdade, à memória e à história; diversos grupos da extrema-direita se levantam no Brasil refutando as políticas de memória do país, que responsabilizam o Estado por crimes contra os direitos humanos na vigência do regime. A historiadora Sônia Meneses (2023) pontua que esses grupos usando da



retórica negacionista, revertem a história como objeto de reação conservadora na luta contra uma memória plural para a história brasileira.

Posto isso, volto a discorrer sobre os relatos elencados pela CNV, mas agora pontuo à violência estatal impetrada contra crianças e adolescentes, sujeitos que teoricamente não ofereciam riscos à lei de segurança nacional do regime militar, mas que foram perseguidas por agentes da ditadura militar. Freitas (2021) menciona ainda que em 2014, muitas obras (jornalistas, historiográficas, memorialistas, ficcionais) foram lançadas no Brasil, no contexto das descomemorações dos 50 anos da ditadura militar, inclusive, obras que contemplam o olhar dos filhos de militantes esquerdistas afetados pelos agentes supracitados. No entanto, boa parte dessas obras não se tornou conhecida do grande público.

Assim, infere-se, em primeiro lugar, que o projeto modernizante do Brasil foi bastante ambíguo, pois aliava autoritarismo e inovações tecnológicas e científicas para o desenvolvimento nacional. Conciliar autoritarismo e modernização socioeconômica fundamentou uma engenharia política e militar que transformou o país em uma importante potência capitalista, mas que funcionava a partir da manutenção das desigualdades sociais e econômicas, em detrimento, das massas populares. Em segundo lugar, a memória legada pelo regime militar permanece sendo alvo de disputa no imaginário coletivo brasileiro.

SOBRE A DITADURA MILITAR E O ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

“No Brasil, a negação da ditadura militar é o tema mais notório da negação histórica” (Sônia Meneses, 2023)

Em *Apologia à História ou O ofício do historiador*, Marc Bloch (2002) defende que a função social da ciência histórica é estudar a relação dos seres humanos com a dimensão temporal. Essa característica distingue a história das demais ciências humanas e a torna uma crítica da memória coletiva, que surge para silenciar e favorecer o esquecimento de determinados conflitos sociais.

A Lei de Anistia de 1979 é um exemplo taciturno sobre como uma memória social é construída no sentido de apagar e esquecer passados sensíveis. No entanto, os valores de justiça de transição colocam a necessidade de que as sociedades humanas olhem para seus



passados traumáticos, suas memórias controversas e para restaurar os direitos à verdade, à memória e à própria justiça. No Brasil, as políticas de memória têm esse papel de reparação institucional em relação, sobretudo, aos crimes contra os direitos humanos durante a ditadura militar.

Thais Fonseca (2011) pontua que nossos livros didáticos de História são tributários de narrativas oficiais, ou seja, tratam-se de um material escolar, distribuído gratuitamente nas unidades escolares do país, repletos de memórias institucionais. Em tempos de disputa de memória, a história deve comprometer-se com o dever histórico, o que significa problematiza as narrativas memorialísticas, pois como se percebe na realidade do tempo presente, a história é alvo predileto daqueles indivíduos e /ou grupos sociais que se acomodaram com certos silêncios da atividade da memória.

Desse modo, a ditadura militar é um dos temas históricos cuja memória é bastante disputada, no Brasil. Nesse sentido, importa refletir sobre o ensino de história, sobre como estão sendo as aulas de história na abordagem do regime militar como objeto do conhecimento para os sujeitos estudantes na educação básica.

A análise do material didático escolar é bastante proveitosa para se verificar essa relação entre ensino de história e ditadura militar, no âmbito escolar. De início, menciono que os livros didáticos que circulam pelas salas de aula brasileiras foram produzidos em conformidade com o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD-2018), portanto, já em conformidade com a pedagogia das competências e habilidades preconizadas pela Base Nacional Comum Curricular.

Dessa forma, quando privilegiamos esse material para análise, consideramos as possibilidades dos professores de História e dos estudantes ampliarem suas visões sobre o tema abordado, ou seja, a aula de história vai além do conteúdo registrado no livro didático. Sendo assim, um dos livros que examinei é usado no nono do ensino fundamental, chama-se História: Sociedade & Cidadania, autor Alfredo Boulos Júnior, quarta edição, volume 4, da FTD editora, ano 2018.

Nesse material didático-escolar, o tema da ditadura militar é abordado no capítulo 13, num livro de 14 capítulos. O regime militar é abordado em associação com a ditadura



chilena e argentina e segue um padrão da narrativa mestra oficial brasileira: principais características administrativas dos governos dos presidentes militares, combate à luta armada e ênfase no “milagre econômico brasileiro”, seguida da narração do processo de distensão política como um produto da generosidade das Forças Armadas.

O outro livro analisado tem José Bruno Vicentino e Cláudio Vicentino como autores. Este material tem como título *Teláris História*, primeira edição, editora Ática, ano 2018. Apresenta 14 capítulos, distribuídos em quatro unidades, também utilizado em turmas do nono do ensino fundamental. No capítulo 9, o tema do regime militar é abordado a partir dos feitos administrativos de cada um dos cinco presidentes-militares, apresenta um tópico dedicado às questões culturais, bem como a resistência indígena e negra à frente da ditadura militar.

Entretanto, pontuo que a partir do exposto, importa destacar que é papel do professor-pesquisador de História problematizar, junto com seus alunos, a narrativa do livro didático de História, que mesmo quando procura dialogar com uma produção historiográfica mais crítica, estabelece uma narrativa de história única. A perspectiva dos autores é silenciadora de aspectos relevantes dos processos que compõem a disputa de memória da ditadura militar nos dias atuais, sobretudo, os ligados a sujeitos que ainda são marginalizados na narração oficial sobre os fatos ligados ao regime militar: como, por exemplo, as crianças que foram afetada pelas práticas repressoras da ditadura por causa de seus pais, militantes esquerdistas, dos debates em torno da CNV e seus relatórios finais.

Uma questão que igualmente chama atenção sobre a relação ensino de história e ditadura militar, na sala de aula da educação básica, são as versões paralelas dos fatos que envolvem as temáticas controversas para a sociedade brasileira. Meneses (2023) argumenta que a lógica algorítmica tem dominado a cena pública, apresentando à população fakenews como se fossem a verdade absoluta dos fatos ocorridos. Os grupos da extrema-direita são os principais interessados na difusão de narrativas falsas ou incompletas nos grupos de redes sociais sobre os mais variados temas sensíveis, sobretudo, relativas à ditadura militar.

Assim, fica nítido que o compromisso do professor-pesquisador de História transcende o uso do livro didático como fonte exclusiva da comunicação em sala de aula. O fazer docente do professor precisa contribuir com a formação de uma sociedade mais justa, que



se reconheça como plural e diversa, uma sociedade capaz de garantir os direitos da cidadania plena aos seus compatriotas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que um silêncio inquieta as aulas de História da educação básica brasileira; trata-se, de fato, dos aspectos mais sombrios da ditadura militar. A violação aos direitos humanos-chagas abertas para com a dignidade de crianças, homens e mulheres que tiveram suas afetas pelo Estado do terror, inaugurado em abril de 1964- ainda não recebe a devida atenção no ensino de história.

Os livros didáticos que circulam pelas salas de aulas e, muitas das vezes, como quase o único material impresso na casa de milhares de sujeitos estudantes, ainda não contempla devidamente os aspectos que a CNV relevou sobre os crimes contra os direitos humanos no Brasil durante os anos da ditadura militar. Os relatórios das comissões de verdade, sejam nacional ou os estaduais, podem ser usados como importantes fontes históricas na aula de história.

A transmissão de narrativas oficiais na aula de História precisam deixar de ser o foco de nossas. Na vigência do Estado democrático de Direito, o professor-pesquisador do/no ensino de história precisa ser aliado da formação da consciência histórica orientada para o respeito aos direitos humanos, pelo apreço à democracia e repúdio ao autoritarismo. Portanto, o regime militar, nas salas e porões da ditadura; torturou, matou e desapareceu com inúmeros corpos daqueles que ousaram discordar dos rumos conservadores e autoritários que foram impostos ao país, a partir do golpe de 1964. Essa história precisa ser conhecida para que se efetive no país o direito à verdade, à memória e à história.

REFERÊNCIAS

BOULOS, Alfredo Júnior. História: Sociedade & Cidadania. 9º ano. 4. ed. São Paulo: FTD, 2018.
BRASIL. Lei no 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Brasília, DF, 28 ago. 1979. Acesso em 20 de agosto de 2023.



BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional do Livro Didático: Histórico. Brasília/DF. Outubro, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/318-programas-e-acoes-1921564125/pnld-439702797/12391-pnld>. Acesso em 07 de Julho de 2022.

_____. Base Nacional Comum Curricular. Brasília/DF. Dezembro de 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/9>. Acesso em 10 de Julho de 2022.

CORSI, Francisco Luis. A ditadura militar e a economia brasileira. IN: VIEIRA, Rosângela de Lima (org.). Ecos da ditadura na sociedade brasileira. Marília (SP), Cultura Acadêmica, 2014.

FICO, Carlos. História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais. 1ed. São Paulo, Editora Contexto, 2021.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. História e Ensino de História. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GENNARI, Adílson Marques. A economia brasileira pós-1964: desenvolvimento capitalista e tragédia social. IN: VIEIRA, Rosângela de Lima (org.). Ecos da ditadura na sociedade brasileira. Marília (SP), Cultura Acadêmica, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do regime militar brasileiro. 1ed. São Paulo, 2014.

PEDRETTI, Lucas. Como será o passado? História, historiadores e Comissão Nacional da Verdade, de Carolina Bauer. IN: Revista Insurgência, Brasília, ano 4, volume 4, nº 1, 2018.

PEREIRA, Nilton Mullet. SEFFNER, Fernando. Ensino de história: passados vivos e educação em questões sensíveis. IN: Revista História Hoje, volume 7, nº 13, p. 14-33, 2018.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. IN: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, volume 2, número 3, 1989, p.3-15.

REIS FILHO, Daniel Aarão. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. RIDETTI, Marcelo. A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. São Paulo, Zahar, 2014.

_____. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. IN: REIS FILHO, Daniel Aarão. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. RIDENTI, Marcelo. A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. São Paulo, Zahar, 2014. VICENTINO, Cláudio. VICENTINO, José Bruno. Teláris: História. 9º ano. 1ed. São Paulo, Ática, 2018.